



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VINHAIS

MUNICÍPIO DE VINHAIS

Ata da Sessão Ordinária realizada em 2016/04/26

Aos vinte e seis dias do mês de abril, do ano de dois mil e dezasseis, nesta Vila de Vinhais, no Auditório do Centro Cultural, às nove horas e trinta minutos, foi declarada aberta a segunda sessão ordinária da Assembleia Municipal, cuja Mesa foi constituída da forma seguinte: -----

A Mesa ficou assim constituída: -----

PRESIDENTE: Horácio Domingos Afonso; -----

1.º SECRETÁRIO: Maria de Lurdes de Freitas;-----

2.º SECRETÁRIO: José Carlos Claro. -----

PRESENCAS: -----

PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA, ELEITOS PELO PARTIDO SOCIALISTA: -----

Manuel Dinis Magro Gomes, Adérito António Pinto Machado, José Urbino Alves, Luís António Bebião Pires, Francisco José Nunes Cunha, José Gonçalves Afonso em representação de André João da Silva Rodrigues, António Manuel Lousada, Manuel António Fernandes Martins, António Vicente Morais, Duarte Nuno Pires, Amauri dos Santos Morais, António Paulo de Oliveira Neves, Adelino José dos Santos, Maria da Glória Pires Cruz Veleda, Maria Matilde Afonso de Carvalho Barreira, Iria da Conceição Fernandes Batanete Maldonado, Nuno Alexandre Barreira Santos, José António dos Reis e Amável de Jesus Rodrigues. -----

PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA, ELEITOS PELA COLIGAÇÃO CDS-PP.PPD/PSD – “VINHAIS PARA TODOS”. -----

António Luís Gomes Gonçalves e Fernando Jorge Afonso Gonçalves.-----

MEMBROS ELEITOS PELO PARTIDO SOCIALISTA: -----

Ruben Ramiro Carvalho Gomes Almeida, Eduardo Manuel Martins Rodrigues, Eduardo Vicente Roxo, José Humberto Martins, Artur Jorge Pereira dos Santos Marques, José Maria Ribas, António João Margarido Alves, Carlos Alberto Vaz, Lucília Cristina Rodrigues Pereira Graça, Inácio Lourenço Fernandes, Solange Sofia Aboim Lobo e Pedro Miguel Martins Miranda. -----

MEMBROS ELEITOS PELA COLIGAÇÃO CDS-PP.PPD/PSD – “VINHAIS PARA TODOS”: -----

Egídio José Coutinho Frias, Ana Rita Neto dos Reis, Mário Manuel Pinto Rodrigues, Luís Miguel Alves Gomes, Maria Adelaide Fernandes Morais, Hugo Sérgio Gonçalves Barreira, Pedro Nuno Aboim Pinto, Carla Sofia Pires Tavares e Viriato Emílio.-----

Faltaram por motivo justificado os Senhores Deputados, Raquel Filomena Moreira Gonçalves, Carlos Armando Ventura Caseiro, João Manuel Quintino Fernandes, Alberto dos Anjos Martins e Eurico Fernandes Gonçalves. -----

Faltou por motivo injustificado os Senhores Deputados, Rui Virgílio da Cunha Madureira, Hilário de Assis Gonçalves Pires e Vítor André Alves Morais. -----

Verificada que foi a existência de quórum, procedeu-se ao início da sessão, cuja ordem de trabalhos era do teor seguinte: -----

1 - Período de Antes da Ordem do Dia. -----

2 - Ordem do Dia. -----

2.1 – Apreciação e votação da Ata da Sessão Anterior; -----

2.2 - Leitura resumida do expediente; -----

2.3 - Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade municipal;

2.4 - Período de intervenções; -----

2.5 - Contração de Empréstimo: -----

2.5.1 – Aprovação da listagem de investimentos; -----

2.5.2 – Reformulação do processo – Autorização. -----

2.6 – Prestação de Contas e Relatório de Gestão – ano de dois mil e quinze: -----

2.6.1 – Município de Vinhais; -----

2.6.2 – Empresa Municipal ProRuris, EM. -----

3 - Período reservado ao público. -----

1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

Relativamente a este ponto da Ordem de Trabalhos o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, concedeu um lapso de tempo, para inscrição dos Senhores Deputados que manifestassem vontade de intervir. -----

Demonstraram essa intenção os Senhores Deputados: -----

- Pedro Nuno Aboim Pinto; -----

- Artur Jorge Pereira dos Santos Marques.-----

Concedida a palavra ao Senhor Deputado Pedro Nuno Aboim Pinto, leu uma intervenção do seguinte teor: -----

“Exmo. Senhor Presidente Assembleia Municipal. -----

Srs. Secretários da Mesa. -----

Sr.º Presidente da Câmara.-----

Sr.º Vice-Presidente. -----

Srs. Vereadores. -----

Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

Público, -----

Celebraram-se ontem 42 anos do dia da liberdade, costuma-se dizer, onde estavas no 25 de Abril? Bem pela minha parte só posso dizer que não estava, outros estiveram com toda a certeza.

Diz-se que foi uma revolução porque a política do nosso País se alterou completamente, contudo não houve a violência habitual das revoluções, manchada de sangue, o povo ofereceu cravos aos militares que os colocaram nos canos das armas. -----
Em vez de balas, surgiram flores por todo o lado, expressando o renascer da vida e a esperança de mudança! -----
Foi um período em que havia perseguições, opressões, torturas, presos e até exilados, conforme a gravidade dos atos ... atos estes, entendam-se contra o regime, ou como acontece hoje em dia, contra um regime ditatorial qualquer ... -----
Todos sabemos que o espírito que esteve subjacente ao 25 de Abril foi a implantação da democracia em Portugal, a liberdade para além de muito mais, como por exemplo a liberdade de expressão, a liberdade de pensamento, e todos os Direitos, Liberdades e Garantias plasmados na Constituição da República Portuguesa. -----
Estaríamos todos de parabéns se Abril concretizasse na sua plenitude e em todos os locais. Estamos todos reunidos em representação da população do concelho de Vinhais, este é o órgão máximo que representa o Município e os munícipes. -----
Aqui se discutem, ou deveriam discutir, todos os assuntos relacionados com a gestão do nosso Município. -----
Quando preparo uma intervenção, gosto, como sempre, de a estudar, de ver, de analisar e de me pronunciar com conhecimento, com saber, com entendimento e compreensão, gosto de ser útil, profícuo e que a minhas intervenções sejam úteis para a população do concelho. -----
Porém, Abril é para mim muito mais..., Abril é construir obras, Arruamentos, Abastecimento de água, Estradas, Caminhos, Centros de saúde, Hospitais, Escolas e cuidar de toda a população do mesmo modo sem qualquer discriminação. -----
Lembro a esta Assembleia que este órgão existe porque abril foi possível, deveríamos por isso cumprir abril e fazê-lo cumprir ...”-----

Concedida a palavra ao Senhor Deputado Artur Jorge Pereira dos Santos Marques, disse o seguinte: -----

“Exmo. Senhor Presidente Assembleia Municipal. -----

Srs. Secretários da Mesa. -----

Sr.º Presidente da Câmara.-----

Srs. Vereadores. -----

Srs. Deputados Municipais. -----
Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia. -----
Público, -----
Muito Bom Dia! -----
Celebremos ontem dia 25 de Abril, a instauração de um regime democrático e livre, de uma sociedade que se quer mais justa e equitativa ao nível dos direitos e deveres de cada cidadão. Assinalou-se também o facto de multidões terem enchido as urnas de voto, acreditando que a mudança podia ser efetuada através do voto, naquelas que foram as primeiras eleições livres e democráticas. Não devemos deixar de acreditar no voto e no seu poder, é essencial para a qualidade da nossa Democracia que todos os cidadãos participem, ativamente na discussão e na decisão dos assuntos que dizem respeito ao bem comum, e que o façam nos mais variados locais, exercitando uma cidadania ativa e responsável. -----
O poder local, foi uma das mais importantes conquistas do 25 de Abril, tem sido o Poder Local o responsável por atenuar muitas das assimetrias estruturais do nosso País. -----
As autarquias locais, são a forma mais eficaz de realização de um estado democrático, já que os eleitos convivem diariamente com quem os elegeu, acompanhando as comunidades locais nas suas necessidades, nas suas carências e nas suas expectativas. -----
O poder local é, desta forma, um poder movido pela interação constante com populações, próximo dos cidadãos e operador dos destinos dos concelhos, das freguesias, das aldeias, vilas e cidades -----
Enquanto membro desta Assembleia, um órgão deliberativo da Câmara em matéria de apreciação e fiscalização sob proposta da mesma, tendo também, entre outras, a função de acompanhar e fiscalizar a sua atividade, tem sido preocupação de todos os que a constituem, na minha maneira de ver, fazer com que ocorra uma maior aproximação entre os eleitos e os eleitores, porque esta Assembleia, tem funcionado de uma forma cívica e responsável, debatendo, questionando e deliberando, exercitando assim os valores de abril! -----
Por isso, nem que seja, em memória daqueles que fizeram o 25 de Abril, que arriscaram a sua carreira, a liberdade e até a própria vida em benefício do povo português, cada um de nós tem a responsabilidade e o dever de contribuir para o aperfeiçoamento do sistema democrático que nos rege, melhorando-o dia após dia. -----
Por isso, nunca será demais recordar o Dia da Liberdade. -----
Termino citando, Nelson Mandela *"Ser pela liberdade não é apenas tirar as correntes de alguém, mas viver de forma que respeite e melhor a liberdade dos outros."*-----
Viva o 25 de Abril -----
Viva a Liberdade -----

Viva a cidadania -----
Viva Vinhais.” -----

2 - ORDEM DO DIA. -----

2.1 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR. -----

Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, para questionar os Senhores Deputados se pretendiam fazer alguma inscrição relativamente ao ponto em discussão, não tendo sido manifestada qualquer intenção. -----

Seguidamente a ata foi sujeita a votação e aprovada por maioria com as abstenções dos Senhores Deputados, Iria da Conceição Fernandes Batanete Maldonado e Ruben Ramiro Carvalho Gomes Almeida, motivadas por não terem estado presentes na sessão em causa. -----

2.2 - LEITURA RESUMIDA DO EXPEDIENTE. -----

Neste ponto da Ordem de Trabalhos, usou da palavra o 1.º Secretário da Mesa da Assembleia, para dar conhecimento da correspondência recebida, no período que medeia entre a última sessão desta Assembleia e esta, dizendo que, a mesma se encontra disponível para consulta, nos serviços de apoio a esta Assembleia. -----

2.3 – INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL. -----

“Exmo. Senhor -----
Presidente da Mesa da Assembleia Municipal -----
Senhores Secretários da Mesa -----
Senhores Vereadores Presentes -----
Senhoras e Senhores Presidentes de Junta e União de Freguesias e demais Senhoras e Senhores Deputados Municipais -----

Minhas Senhoras e Meus Senhores -----
Caríssimo público -----
Comemorou-se ontem um dos feriados mais importante e seguramente o mais importante da história recente de Portugal - o 25 de abril. -----

O designado dia da liberdade abriu as portas ao exercício da democracia em toda a sua plenitude, dos direitos cívicos e políticos, das liberdades e também da responsabilidade. -----
Consagrou-se a autonomia do poder local e no seio deste o das autarquias. -----

Desde então Portugal modernizou-se, integrou-se na Europa e iniciou um caminho tendencialmente igualitário nas classes sociais. -----

Apesar de tudo e até hoje não foram só cravos e rosas. Portugal, no contexto Europeu, bem assim como outros Países do Sul, tem sido confrontado com algumas dificuldades, nomeadamente em termos económicos e financeiros, tudo isto provocado por medidas políticas desajustadas e também por uma economia global, que condiciona e comanda alguns aspetos internos de cada País. -----

As autarquias locais, entes públicos integradores da administração do estado, não ficaram negativamente indiferentes a estas realidades. -----

Umhas com mais e outras com menos, todas, nos últimos anos se debatem com uma série de dificuldades, que vão ultrapassando na medida das suas possibilidades. -----

A gestão autárquica dos municípios, não é hoje tarefa fácil. -----
Os autarcas são os primeiros a quem as pessoas recorrem para encontrarem todo o tipo de soluções e mesmo que alguns assuntos nada tenham a ver com as suas responsabilidades, não devemos, não podemos e por isso não fechamos as portas a quem nos procura. -----

E não poucos são os momentos em que nos deixamos invadir por um estranho sentimento de impotência e de esperança. -----

Impotência porque em alguns casos não sabemos o que dizer ou fazer para dar resposta às várias solicitações. -----

De esperança porque o autarca não se resigna, confia nas suas medidas e acredita que a condução humana séria e responsável trabalha diariamente à procura de dias melhores. -----

É isso que temos feito. É este o nosso 25 de abril. É esta a nossa liberdade, a nossa autonomia e a nossa responsabilidade. -----

Trabalhar para e pelas pessoas. -----

Há no entanto um aspeto que merece alguma reflexão. -----

Há um tema que merece ser discutido e também aqui essa discussão faz todo o sentido – estou a referir-me à diminuição da população, provocada, entre outros motivos, pela balança altamente negativa entre a taxa de mortalidade e natalidade, pela emigração e pela introdução das novas tecnologias e industrialização de todas as atividades económicas. -----

Apesar de esta realidade ser transversal a todo o território nacional, o que é certo é que se faz sentir com mais evidência nos territórios de baixa densidade populacional, naquilo a que alguns, de forma imprópria, chamam interior. -----

Exorto-vos por isso, e com o devido respeito, a que este assunto faça parte das preocupações de cada um de nós e seja também objeto de trabalho nas sessões da Assembleia Municipal. -----

De entre os pontos constantes da ordem de trabalhos de hoje, permitam-me que destaque, pela sua importância, os pontos 2.5 e o ponto 2.6. -----

O processo de contratação de empréstimo que foi aprovado na última sessão deste órgão, entendemos por bem reformulá-lo tendo em vista melhorar o formalismo aplicado. -----

Não sofremos do complexo nem da inveja, nem do ciúme e muito menos de visão curta. Por isso nada nos custa aceitar e até agradecemos, algumas observações, alertas e conselhos. Foi o que fizemos. -----

Depois de uma reflexão bem ponderada e depois de ouvirmos outras opiniões também importantes, entendeu-se por bem alterar o júri do concurso, fazendo os possíveis para que o processo não sofra de nenhum vício e para que tudo decorra com normalidade possível. -----

No entanto não resulta absolutamente claro que a alegada incompatibilidade de um dos elementos do júri devido à sua função de ROC da Câmara, só por si pudesse ferir de ilegalidade

o referido processo, até porque os seus préstimos, nesta parte, foram exercidos de forma completamente gratuita, sem nada receber direta ou indiretamente. No entanto, pareceu-nos sensato não arriscar e por isso mesmo quer a listagem de obras, quer o empréstimo em si, já foi aprovado em reunião de Câmara. -----

Pede-se por isso a esta Assembleia e pelos motivos sobejamente conhecidos, que delibere favoravelmente, tal como já o tinha feito recentemente. -----

Não há nada de novo nem nos motivos, nem no processo, apenas o objetivo de sanar um eventual vício, sendo certo que, como diz o povo, há males que vêm por bem: em consequência deste novo concurso, conseguiu-se uma taxa mais favorável que a anterior. -----

Quanto ao ponto seguinte, ao ponto 2.6, trata-se de discutir e votar a prestação de contas e relatório de gestão referente ao ano de 2015 quer do Município de Vinhais quer da Empresa Municipal Proruris. -----

Uma vez que os respetivos documentos foram atempadamente distribuídos e por isso devidamente analisados por todos, parece-me não ser necessário neste momento outras explicações pelo que a Câmara se reserva para dar os esclarecimentos necessários se solicitados e tal vier a acontecer. -----

Quanto à situação financeira é a seguinte: -----

- Dotações Orçamentais – €1.479.428,67 -----

- Dotações não Orçamentais – €619.909,70.” -----

2.4 - PERÍODO DE INTERVENÇÕES.-----

Relativamente a este ponto da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Assembleia, questionou os Senhores Deputados se pretendiam fazer alguma inscrição, tendo demonstrado essa intenção o Senhor Deputado Hugo Sérgio Gonçalves Barreira, que leu uma intervenção do seguinte teor:

“Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal. -----

Srs. Secretários da Mesa. -----

Sr.º Presidente da Câmara.-----

Srs. Vereadores. -----

Srs. Deputados Municipais. -----

Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

Depois de ouvirmos o Senhor Presidente sobre o estado do município, ficamos com a sensação de que se trata de mais do mesmo, ou seja um discurso redondo sem grandes novidades, de circunstância, de fim de ciclo que felizmente se aproxima a passos largos do seu fim e que só peca por tardio. -----

Quando vimos para estas Assembleias Municipais, devo confessar que não temos grandes expectativas, no entanto há dois factos que são certos: primeiro, sabemos que haverá sempre alguém a elogiar a câmara municipal por fazer isto ou por desfazer aquilo, como se não fosse obrigação de qualquer gestor político gerir bem os dinheiros públicos e segundo, é certo e sabido que os membros da oposição serão insultados, ou os vereadores porque votaram contra a transferência de verbas para as juntas de freguesia, para pagar obras de duvidosa legalidade feitas há três anos atrás, que eram da responsabilidade da câmara, mas que esta obrigou as juntas a fazer e depois para serem pagas "de acordo com a disponibilidade de tesouraria", ou qualquer membro da assembleia que suba a esta tribuna e se atreva a dizer que "o rei vai nu", seguramente a seguir alguém, quando não o próprio presidente da câmara, irá responder de forma ...pejorativa e pouco educada. -----

Podemos ir ainda mais longe e parafraseando um famoso treinador de futebol diríamos que "jogamos com o campo inclinado" mas jogamos e sem medo. Como oposição não temos uma relação difícil com a verdade e com a legalidade, os assuntos que aqui trazemos e as questões que levantamos são adequadas e nada mais pretendem do que chamar a atenção para o estreito cumprimento da lei. Aliás, e recorrendo de novo a uma citação do ex-presidente da República o socialista Jorge Sampaio, " o cumprimento da lei não é uma sugestão ", se bem que por Vinhais mais parece. -----

Não somos insensíveis às dificuldades e necessidades das pessoas, bem pelo contrário a verdade é que olhamos à nossa volta e depois de muitos milhões gastos no concelho de Vinhais, vemos que este continua a definhar e a caminhar para uma morte lenta com se fosse irreparável. O concelho de Vinhais tem futuro não como esta maioria que já deu provas daquilo que vale e do despesismo com que trata o dinheiro público, confundindo muitas vezes a satisfação de interesses pessoais com o benefício de todos. -----

Para terminar diria o seguinte, por vezes, para alguns políticos, o povo parece ingrato, quando se valoriza em demasia o que se considera ter sido a obra feita." -----

2.5 - CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO: -----

2.5.1 – APROVAÇÃO DA LISTAGEM DE INVESTIMENTOS. -----

Foi presente uma proposta do seguinte teor: -----

“Prevê o n.º 1, do art.º 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que os municípios podem contrair empréstimos a médio e longo prazo para aplicação em investimentos; -----

Por sua vez o n.º 2, do referido artigo estabelece que os investimentos referidos no número 1, são identificados no respetivo contrato de empréstimo e caso ultrapassem 10% das despesas de investimento previstas no Orçamento do exercício, são submetidos independentemente da sua inclusão no Plano Plurianual de Investimentos à discussão e à autorização da Assembleia Municipal; -----

Nestes termos, proponho à Assembleia Municipal que aprove os investimentos constantes da listagem a seguir transcrita, com vista à contratação de um empréstimo de médio e longo prazo para a sua eventual realização, uma vez que o somatório das suas despesas ultrapassa os 10% do valor das despesas de investimentos previstos no orçamento em exercício. -----

Nome do projeto	Valor da Estimativa Orçamental	Valor do empréstimo
- C.M 1010 (Tuizelo – Peleias - E.N.103-6)	275.000,00 €	275.000,00 €
- C.M. 1016 (Vinhais-Armoniz)	420.000,00 €	420.000,00 €
- E.M. 515 (Vilar de Peregrinos – E.N. 206)	175.000,00 €	175.000,00 €
- Caminho (Sandim - Segirei)	100.000,00 €	100.000,00 €
- E.M. 506 (Cruzamento de Fresulfe - Soeira)	300.000,00 €	300.000,00 €
- E.M. 504 (Cruzamento Seixas – Ponte)	350.000,00 €	350.000,00 €
- Caminho (Cruzamento E.N. 308 – Ferreiros)	40.000,00 €	40.000,00 €
- Arruamentos em Vinhais: (Bairro dos Cabeços, Bairro do Eiró e Bairro D’Além)	180.000,00 €	180.000,00 €

- Arruamentos em Alvaredos	67.475,00 €	67.475,00 €
- Arruamentos em Melhe	83.000,00 €	83.000,00 €
- Arruamentos em Santa Cruz	73.000,00 €	73.000,00 €
- Arruamentos em Soutelo	33.600,00 €	33.600,00 €
- Arruamentos em Mós de Celas	88.250,00 €	88.250,00 €
- Arruamentos em Celas	149.150,00 €	149.150,00 €
- Arruamentos em Espinhoso	148.350,00 €	148.350,00 €
- Arruamentos em Ervedosa	90.900,00 €	90.900,00 €
TOTAL GERAL	2.573.725,00 €	2.573.725,00 €

Seguidamente solicitou a palavra a Senhora Deputada Maria Adelaide Fernandes Morais, que entregou à Mesa da Assembleia um requerimento do seguinte teor: -----

“Em relação ao ponto 2.5.1 a bancada “Vinhais Para Todos” pretende questionar a mesa sobre a data de aprovação, da lista de investimentos de base ao empréstimo de 2.573.725,00, pela Câmara Municipal de Vinhais. -----

Uma vez que compulsadas as atas daquele órgão não existe nenhuma deliberação com esse teor, o que a verificar-se torna ilegal todo o processo de contratação de empréstimo.” -----

Concedida a palavra ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, disse que após reunida a Mesa da Assembleia, deliberou por unanimidade informar a Senhora Deputada Maria Adelaide Fernandes Morais, que este assunto que foi apresentado à Mesa, não é da competência desta, nos termos da Lei. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, usou da palavra para dizer que após pedido de esclarecimentos, foi informado que a listagem que consta da proposta que todos tinham recebido juntamente com os assuntos que lhe tinham sido enviados, já tinha sido aprovada em Reunião de Câmara. -----

Concedida novamente a palavra à Senhora Deputada Maria Adelaide Fernandes Morais, disse o seguinte: -----

“Este ato foi anulado, foi tornado nulo com o despacho de 21-03-2016, portanto é anulado o ato, o ato é anulado por despacho do Senhor Presidente. Portanto se é anulado o procedimento, o procedimento tem que ser todo novo, e não há peças que possam ir buscar, é tudo novo.”----

Não havendo mais intervenções a proposta em causa, foi colocada à votação, tendo sido aprovado por maioria, com os votos favoráveis da bancada do Partido Socialista e dos Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia, os votos contra dos Senhores Deputados da Coligação CDS-PP.PPD/PSD – “VINHAIS PARA TODOS” e duas abstenções do Senhor Presidente da Junta da União de Freguesias de Sobreiró de Baixo e Alvaredos e do Senhor Deputado Viriato Emílio da referida Coligação. -----

2.5.2 – REFORMULAÇÃO DO PROCESSO – AUTORIZAÇÃO. -----

Foi presente o relatório de análise das propostas para a contração do empréstimo, do seguinte teor: -----

“Aos seis dias do mês de abril do ano de dois mil e dezasseis, no Edifício dos Paços do Município, reuniu o júri nomeado por despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal datado de vinte e um de março do corrente ano, devidamente ratificado pela Câmara Municipal, na sua Reunião datada de vinte e nove do mesmo mês, constituído por: -----

- Maria Manuela Dias de Oliveira, Economista, que preside; -----
- Alfredo Paulo Vila Moura dos Santos, chefe da Equipa Multidisciplinar do Gabinete de Assessoria Técnica e de Desenvolvimento Económico e Local; -----
- Horácio Manuel Nunes, Dirigente Intermédio de 3.º grau (em regime de substituição), da Unidade de Administração Geral e Finanças. -----

Com vista à apreciação das propostas apresentadas ao concurso para contração de um empréstimo levado a efeito nos termos do n.º 1, do art.º 49.º, conjugado com o n.º 1, do art.º

51.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, conforme convite enviado em vinte e um de março do ano de dois mil e dezasseis, às seguintes instituições, dispostas por ordem alfabética: -----

- Banco Internacional de Crédito (BIC); -----
- Banco BPI; -----
- Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Alto Douro, Crl; -----
- Caixa Geral de Depósitos; -----
- Novo Banco SA. -----

Apresentaram propostas, por ordem de entrada, cujo conteúdo se resume no quadro abaixo, as seguintes instituições: -----

- Banco BIC; -----
- Caixa de Crédito Agrícola Mutuo da Região de Bragança e Alto Douro, Crl; -----
- Caixa Geral de Depósitos. -----

INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS

CONDIÇÕES	BIC	C.C.A.M	C.G.D.
UTILIZAÇÃO	-----	A definir pelo Município.	A definir pelo Município. Período de carência até dois anos
PERÍODO DO EMPRÉSTIMO	12 anos	12 anos	12 anos
INDEXANTE	Indexada à taxa euribor a 6 meses	Indexada à taxa euribor a 12 meses.	Indexada à taxa euribor a 12 meses
SPREAD	2,00 %	1,175%	1,23%
COMISSÕES ADICIONAIS	- Comissão de abertura – 5.000,00 €	Isentas	-----

A proposta apresentada pela Caixa Geral de Depósitos, não faz referência a comissões, motivo pela qual não poderá ser debitada qualquer comissão ao longo da vida útil do empréstimo. ----
 Atendendo a que as taxas de juro indexantes entre o Banco BIC e (a C.C.A.M e a CGD) não são diretamente comparáveis, o júri procedeu à análise da tendência da evolução das taxas Euribor, tendo verificado que ambas têm tendência de descida e que a taxa a 6 meses tem apresentado um valor mais baixo que a taxa a 12 meses. -----
 Neste sentido, procedeu-se ao cálculo da taxa de juro de cada uma das propostas, tendo como referência as taxas médias dos respetivos indexantes do último mês (março/2016), tendo verificado os seguintes resultados: -----

	BIC	CCAM	CGD
INDEXANTE	- 0.134%	- 0.012%	- 0.012%
SPREAD	2%	1.175%	1.23%
TAXA DE JURO	1.866%	1.163%	1.218%

Assim, de acordo com o exposto anteriormente, o júri é de opinião, que a proposta que satisfaz as melhores condições é a apresentada pela Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Alto Douro, Crl.” -----

Não havendo mais intervenções, o referido relatório foi colocado à votação, tendo sido aprovado por maioria, com os votos favoráveis da bancada do Partido Socialista e dos Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia e os votos contra dos Senhores Deputados da Coligação CDS-PP.PPD/PSD – “VINHAIS PARA TODOS”. -----

A bancada da Coligação CDS-PP.PPD/PSD – “Vinhais Para Todos”, apresentou uma declaração de voto, do seguinte teor: -----

“Declaração de voto da bancada “Vinhais Para Todos”, no que respeita ao processo de contração do empréstimo, julgamos que a anulação do procedimento foi o culminar natural que faz justiça ao ditado popular que “aquilo que nasce torto tarde ou nunca endireita”. -----

E ao pensarmos que com a abertura do novo procedimento (replico) abertura de novo procedimento, todas as irregularidades apontadas por esta bancada seriam colmatadas e retificadas. -----

Eis que este novo procedimento acabou por ficar marcado por mais irregularidades que o processo anulado. -----

Assim por despacho de 21/03/2016, do Sr. Presidente da Câmara anula o processo de empréstimo aprovado em reunião de Câmara de 1/02/2016 e nesta Assembleia a 29/02/2016.--

As irregularidades e ilegalidades do atual processo são claras e notórias: -----

- Falta desde logo informação da capacidade de endividamento do Município para o ano de 2016. -----

- Acresce a subavaliação do passivo informado pelo ROC no seu relatório de acompanhamento das contas municipais do ano 2015 (Pág. 10). -----

- Falta de critérios na decisão tomada pelo júri, que afirma no seu relatório preliminar de análise que "...atendendo a que as taxas de juro indexantes entre o Banco BIC, CCAM e CGD não são diretamente comparáveis", promoveram um critério de análise estranho sem qualquer base ou fundamento económico e financeiro, ficamos com dúvidas se os dois anos de carência oferecidos pela CGD, não compensaria a diferenciação de 0.05% de diferença de spread de cada instituição e que servia de base na escolha da proposta vencedora. -----

- Não é efetuado o impacto anual de cada uma das propostas de financiamento através de um mapa de amortizações. -----

- Mas a maior irregularidade existente em todo o novo processo prende-se com a falta de legitimidade que o mesmo tem, na medida em que incumprer quer a lei n.º 75/2013 quer a lei n.º 73/2013, uma vez que as obras/investimentos trazidas a esta Assembleia como justificação para o empréstimo, não foram legalmente aprovadas em reunião de Câmara, neste novo procedimento. -----

Um processo de empréstimo desta dimensão e com este impacto, que se fará sentir com especial gravidade nos três próximos mandatos merece muito mais rigor ao invés do desespero que o tem marcado, pois este só pode ser mau conselheiro." -----

2.6 – PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO – ANO DE DOIS MIL E QUINZE: -----

2.6.1 – MUNICÍPIO DE VINHAIS. -----

Neste ponto da ordem de trabalhos, foi concedida a palavra, ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que disse que estava disponível para prestar eventuais esclarecimentos sobre a Prestação de Contas e Relatório de Gestão, referentes ao ano de dois mil e quinze, previamente enviados a todos os Senhores Deputados, por fotocópia. -----

Concedida a palavra ao Senhor Deputado Egídio José Coutinho Dias, disse o seguinte: -----

“Exmo. Senhor Presidente da Mesa.-----

Srs. Secretários da Mesa. -----

Sr.º Presidente da Câmara.-----

Srs. Vereadores. -----

Srs. Membros da Assembleia. -----

Ex.º Público. -----

Caros Senhores -----

É para explicar a razão da nossa votação próxima. -----

Relativamente à apresentação de contas, li de uma forma transversal, tive alguma falta de tempo mas deixem-me fazer duas observações: -----

Primeira – é que está aqui registado o aumento da transferência por parte do Orçamento Geral do Estado em cinco por cento para a Câmara Municipal de Vinhais, numa altura de dificuldades, verificou-se que no ano de dois mil e quinze a Câmara Municipal de Vinhais foi contemplada com mais dinheiro. -----

Gostava agora, e se me acompanharem, as minhas críticas estão sobretudo sustentadas pelo relatório do auditor externo ao Município, e sobretudo por duas ou três coisas: -----

- sistema de controle interno, pois merece de algumas inconformidades o seu funcionamento deveria sobretudo, e estava a referir-me à página cento e setenta e quatro, o procedimento relativamente aos pagamentos que fossem emitidos pela contabilidade juntamente com a respetiva Ordem de Pagamento, não é isso que está a acontecer. -----

- recorrente é também a observação que vem já de exercícios anteriores, que tem a ver com a não implementação da contabilidade analítica, o que, talvez, leva e é aqui plasmado pelo auditor externo, à subavaliação dos ativos, possivelmente é este o objetivo do Município. -----

- tem também a situação das taras e vasilhames, situação que já é recorrente há bastante tempo, pois já houve tempo para corrigir todas estas situações, e ainda falta sobretudo o registo dos bens do Parque Biológico, ponto i) da página cento e setenta e quatro, verso deste documento.

Relativamente aos fornecedores e é aqui que temos o principal defeito, verificamos e na sequência até, permitam-me já avançar, nas previsões do próprio exercício, quando diz que, ao próprio auditor externo não lhe foram, apesar de o ter solicitado, conhecimento da existência em Tribunal de ações movidas pelo Município ou contra o Município. Recordo que, nós já questionamos essa situação aqui, no próprio local, e que nos foi dito que não era aqui o local para sermos informados dessas situações, pois se não é este o local, onde vamos ser informados, não sei onde possa ser. Mas o que é certo, é que esta situação de não sabermos, nem nós, nem o próprio auditor externo, de quais são as situações pendentes em Tribunal, obviamente que

esta situação faz com que o passivo seja obviamente condicionado, e é preciso prever o desenrolar desses processos, e diz aqui portanto “o passivo é subavaliado e por consequente o subvalorizado fundos patrimoniais do Município”. -----

Sabemos também que, a dívida do Município é essencialmente causada por empréstimos bancários, na ordem dos sessenta e três por cento, portanto era uma situação que era bem ver.

Outra situação, tem a ver com a identificação dos bens do domínio público do Município, diz também aqui o auditor externo, que essas situações não lhe são dado conhecimento e não são identificados desde dois mil e dez. São situações em que algo está mal, e é necessário corrigir, sobretudo, quando estamos a falar de situações que já foram assinaladas em exercícios anteriores. -----

Senhor Presidente, senhores membros desta Assembleia, ouvimos a intervenção do Senhor Presidente da Câmara relativamente à situação do Município, mais uma vez não nos foi dado conhecimento como julgamos que deve ser previamente, para podermos verificar o que é que se passa. E Senhor Presidente, faltou uma coisa que é importante, que eu tive o cuidado de verificar na net e na página da Câmara, o balanço social relativamente ao ano de dois mil e quinze, recordo que é uma exigência legal, ser apresentado no primeiro trimestre de cada ano, a situação continua em falta na página, mas a de dois mil e quatro está lá. -----

Recordo, Senhor Presidente, que o balanço social é um documentíssimo importante relativamente à gestão do Município, que, enquanto instrumento estratégico, não só de gestão mas sobretudo para o investimento social, e a realização pessoal de todos os trabalhadores do Município.” -----

Seguidamente foi concedida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que iniciou por agradecer as questões colocadas e ia tentar esclarecer as dúvidas suscitadas, pelo Senhor Deputado Egídio José Coutinho Dias. -----

- Quanto às observações que constavam do relatório do Revisor de Contas, é verdade que estão enumeradas algumas correções que é necessário fazer. -----

Continuou a dizer que, tanto as Câmaras Municipais como as Juntas de Freguesia são realidades em termos formais muito complexas, as exigências burocráticas são enormes, os funcionários tem grande dificuldade em permanentemente atuarem de acordo com aquilo que deveriam ser as boas práticas, é completamente impossível, evitem meras irregularidades. -----

- Relativamente à implementação da contabilidade analítica, está-se neste momento a tratar do processo, porque a lei prevê que as Câmaras Municipais devem ter um sistema em que se saiba perfeitamente obra por obra, despesa por despesa, quanto custou. Isto é, a contabilidade analítica contabiliza, o tempo que demorou o carro a chegar à obra, quantos trabalhadores

foram, quantas horas trabalharam, quanto tempo trabalhou a retroescavadora, quanto tempo trabalhou o martelo perfurador, quanto tout-venant se gastou, e se não ficou terminado o trabalho, contabilizar novamente os outros dias que foram necessários. -----

- Ações em Tribunal, já foi abordado aqui esse assunto, e numa próxima reunião irá ser presente uma listagem com os respetivos processos, no entanto estão disponíveis na net, na página do Tribunal Judicial. -----

- Dívidas, existe uma dívida de empréstimos a trinta e um de dezembro de dois mil e quinze, de um milhão quinhentos e oitenta e oito mil euros (1.588.000,00 €), se virem a página cento e seis, percebe-se a evolução altamente positiva na questão da redução dos empréstimos. Referiu ainda, que a dívida é praticamente em resultado de empréstimos, significa que não existem pagamentos em atraso e que a lei dos compromissos está a ser cumprida. -----

Agradeceu os reparos apresentados e esperava que tivessem compreendido as explicações apresentadas, acrescentando que, este documento era um documento técnico, limitava-se a relatar aquilo que aconteceu em termos financeiros em termos de gestão do Município durante o ano. -----

Havia uma questão que era inultrapassável e que não dava para contornar, todas as Contas foram aprovadas pelo Tribunal de Contas e como sabem é o Órgão que em última instância fiscaliza as contas do Município e, naturalmente que o Tribunal de Contas tem verificado as observações que são referidas pelo Revisor Oficial de Contas, e portanto não as tem interpretado com uma força tal, que lhes permita chumbar o referido documento. -----

Para terminar, disse que o entristecia a forma como a bancada da Coligação CDS-PP.PPD/PSD – “Vinhais Para Todos”, tinha votado a aprovação da contração do empréstimo. O Senhor Deputado Hugo Sérgio Gonçalves Barreira compreendia agora porque é que diz *“cada vez que falamos tratam-nos mal”*. A bancada da Coligação CDS-PP.PPD/PSD – “Vinhais Para Todos”, por questões técnicas votou contra um empréstimo e contra uma listagem de obras, era a mesma coisa que votar contra as obras, e estamos a falar de arruamentos, de estradas que são absolutamente fundamentais para pessoas. -----

Disse ainda que, não tinham o direito de votar contra a realização destas obras, que são absolutamente fundamentais, só porque entendem que havia um outro aspeto da lei que não estava a ser cumprido. Se todos votassem como os Senhores Deputados, da Coligação CDS-PP.PPD/PSD – “Vinhais Para Todos”, nenhuma destas obras seria executada. -----

Usou novamente da palavra o Senhor Deputado Egídio José Coutinho Dias, para dizer o seguinte: -----

“Senhor Presidente, Senhores membros da Assembleia, dois reparos muito rápidos relativamente à minha intervenção, o Senhor Presidente conhecerá, saberá da vantagem que há em ter um mapa de imputação de mão de obra, genericamente vai nos dar os custos totais, o desperdício identifica-nos o desperdício, e é sobre isso que é importante avançar com a implementação da Contabilidade Analítica, porque é uma imposição legal, não é uma vontade, não é uma opção. -----

Relativamente aos processos em Tribunal, julgo que também o auditor externo pode consultar a internet, mas o que ele diz no relatório que nos foi dado, é que foi pedido e não lhes foram dados. -----

Quanto ao cômputo em geral o documento até é muito generoso para a Câmara Municipal, mas tem lá duas coisas, uma que nós verificamos e que já falei e a outra é a baixa execução orçamental, página cento e oitenta e seis, e isso é que é importante, Senhor Presidente. -----

Para terminar, uma inverdade por mais repetida que seja não passa a ser verdade. A nossa postura aqui é construtiva, Senhor Presidente, não vimos aqui falar, obviamente que o nosso objetivo é dar auxílio é dar propostas no sentido de melhorar as coisas, como a redação do relatório de contas, está igual de há três anos para cá, era altura de reparar. -----

Relativamente à situação tão repetida, até à exaustão, de que nós não queremos, de que nós somos contra, efetivamente não somos, e relativamente ao empréstimo, Senhor Presidente veja o tempo que se teria poupado, se acaso as nossas observações tivessem sido consideradas na altura devida. O nosso propósito é ajudar e ter uma postura obviamente positiva. -----

Após análise e discussão os documentos da Prestação de Contas e Relatório de Gestão referentes ao ano de dois mil e quinze, foram colocados a votação, tendo sido deliberado, por maioria aprová-los, com os votos favoráveis da bancada do Partido Socialista, dos Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia e do Senhor Deputado Viriato Emílio da Coligação CDS-PP.PSD/PSD “Vinhais para Todos”, e com as abstenções dos Senhores Deputados, da mesma Coligação e do Presidente da União de Freguesias de Sobreiró de Baixo e Alvaredos. -----

2.6.2 – EMPRESA MUNICIPAL PRORURIS, EM. -----

Neste ponto da ordem de trabalhos, foi concedida a palavra, ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que disse que também estava disponível para prestar eventuais esclarecimentos

sobre a Prestação de Contas e Relatório de Gestão, referentes ao ano de dois mil e quinze, previamente enviados a todos os Senhores Deputados, por fotocópia. -----

Após análise e discussão os documentos da Prestação de Contas e Relatório de Gestão referentes ao ano de dois mil e quinze, foram colocados a votação, tendo sido deliberado, por maioria aprová-los, com os votos favoráveis da bancada do Partido Socialista, dos Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia, com as abstenções dos Senhores Deputados da Coligação CDS-PP.PSD/PSD “Vinhais para Todos”, e do Presidente da União de Freguesias de Sobreiró de Baixo e Alvaredos. -----

3 - PERÍODO RESERVADO AO PÚBLICO. -----

Sem intervenções. -----

E, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou encerrada a sessão, eram onze horas e quinze minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata. -----